

"CADA LINHA DO ACT CARREGA O PESO DA MOBILIZAÇÃO"

A **campanha reivindicatória** dos petroleiros e petroleiras, encerrada com a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) no fim de 2025, deixa uma lição clara: **sem luta, não há conquista. PÁGINA 3**



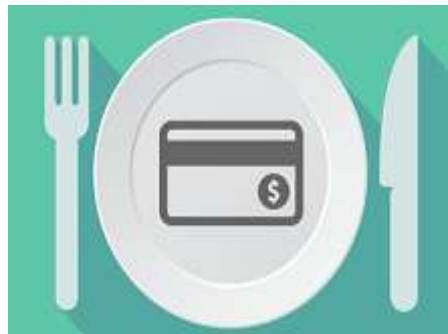
DEMOCRACIA E SOBERANIA NÃO SE NEGOCIAM!



Os petroleiros/as participaram, no **dia 8 de janeiro**, de um ato em defesa da democracia, da soberania popular e da autodeterminação dos povos da América Latina. A mobilização, organizada por centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais, parlamentares e partidos progressistas, marcou os três anos da tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023.

PÁGINA 4

DEBATE VOLTA À AGENDA DEPOIS DO FECHAMENTO DO ACT



Fechado o ACT, o debate sobre Vale-Alimentação e Vale-Refeição (VA-VR) na Refap voltou ao centro da agenda dos petroleiros e petroleiras, conforme havia sido acertado entre o Sindicato e a categoria. Para a diretoria do Sindicato, é um tema que precisa ser tratado com total transparência, informação e participação coletiva.

Segundo a diretora Nalva Faleiro, a discussão sobre VA/VR vem sendo construída há bastante tempo, a partir de uma demanda real de parte da categoria, que solicitou ao Sindipetro-RS que entrasse no debate com a empresa. A partir disso, o Sindicato formalizou o pedido à Petrobrás e à gestão da Refap, buscando avaliar a possibilidade de implementação do VA/VR na refinaria.

A empresa sinalizou positivamente, mas solicitou aguardar o encerramento do contrato vigente de alimentação, que encerraria exatamente durante a parada de manutenção — um momento crítico da refinaria.

Somente com o novo contrato, vigente a partir do final de agosto, passou a existir a previsão formal da opção de VA/VR. Foi a partir daí que o debate pôde avançar de forma concreta.

ORGANIZAÇÃO, INFORMAÇÃO E NEGOCIAÇÃO

Enquanto aguardava a troca contratual, o Sindicato não ficou parado. Buscou informações, fez negociações preliminares, apresentou sugestões de melhorias e, **principalmente, ouviu a categoria**. Uma pesquisa foi realizada para mapear dúvidas, expectativas e preocupações dos trabalhadores.

Em agosto e setembro, nas setoriais consultivas, a própria categoria decidiu postergar a decisão sobre VA/VR para depois do fechamento do ACT, já que havia a expectativa de conquistar, no ACT, cláusulas que pudessem melhorar as condições dessa escolha, como a separação dos regimes de tra-

balho (turno e administrativo) ou um vale-mercado mais robusto como alternativa.

Encerrada a campanha salarial, o Sindicato, conforme compromisso assumido, retomou o debate sobre o VA/VR. Mas, diante da realidade concreta de muitos trabalhadores estarem em férias, o **Sindipetro-RS construiu uma nova forma de participação, ampliando a democracia no processo**.

Haverá setoriais presenciais para debate amplo, esclarecimento de dúvidas e apresentação detalhada de como o VA/VR funcionará na prática na Refap — incluindo as melhorias previstas e aquelas já em andamento.

Após as setoriais, a decisão será tomada por votação on-line, em sistema próprio, operado por empresa contratada para **garantir segurança, sigilo e transparência**. A apuração será feita por regime de trabalho, e a regra é clara: ambos os regimes precisam aprovar para que o VA/VR seja implementado.

Assim que forem agendadas, **participe das setoriais, tire suas dúvidas, debata e vote**. Esse é o caminho para garantir que qualquer decisão reflita, de fato, a vontade dos trabalhadores e trabalhadoras da Refap.



ASSEMBLEIAS CANCELADAS

O Sindipetro-RS informou o cancelamento das sessões de assembleias

marcadas **entre os dias 7 e 12 de janeiro**, por decisão da diretoria executiva do Sindipetro-RS, para reorganizar o sistema de votação. Em breve, o Sindicato divulgará um **novo calendário de setoriais** sobre o tema, seguido de um período de votação exclusivamente on-line.

CESTA X SALÁRIO-MÍNIMO

Um estudo realizado mensalmente pelo DIEESE estima o salário-mínimo necessário ao trabalhador, tendo como base o valor da cesta básica mais cara e levando em consideração a determinação constitucional de que o valor deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e de sua família (quatro pessoas), com alimentação, moradia, saúde, educação,

vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência. Em dezembro de 2025, o salário-mínimo necessário deveria ter sido de **R\$ 7.106,83** — valor 4,68 vezes superior ao mínimo de R\$ 1.518,00.

CESTA X TEMPO DE TRABALHO

O mesmo estudo apontou que, em dezembro de 2025, o tempo médio de trabalho necessário para adquirir os produtos da cesta básica nas 27 capitais foi de **98 horas e 41 minutos**. Já o comprometimento da renda do trabalhador com a cesta básica foi, no mesmo período, de **48,49%** da renda líquida.

NOVO SALÁRIO-MÍNIMO

Desde o dia 1º/1, o valor do salário-mínimo nacional passou a ser de **R\$ 1.621,00**. O reajuste foi de **6,8%**, considerando uma inflação de 4,4% e um crescimento do PIB de 2,5% (dois fatores utilizados na composição do reajuste do salário-mínimo). Vale

lembrar que a **política de valorização do salário-mínimo foi resgatada no governo Lula**, o que elevou o valor de R\$ 1.320,00 (em maio de 2023) para R\$ 1.621,00 (em janeiro de 2026).

AÇÃO SOLIDÁRIA

Uma ação solidária entre o Sindicato e o companheiro Tremea tem levado alívio a muitas famílias. O Sindicato entra com as peças, e o petroleiro, com a mão de obra, no **conserto de geladeiras de pessoas atingidas pelas enchentes**. A parceria tem dado muito certo e tem levado alívio e felicidade às pessoas beneficiadas.



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br



"CADA LINHA DO ACT CARREGA O PESO DA MOBILIZAÇÃO"

A **campanha reivindicatória** dos petroleiros e petroleiras, encerrada com a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) no fim de 2025, deixa uma lição clara: sem luta, não há conquista. A diretora do Sindipetro-RS, Nalva Faleiro, avaliou o processo de negociação durante o primeiro Papo Direto Online do ano, na sexta-feira (9/1) e destacou que **os avanços obtidos foram resultado direto da organização, da resistência e da greve nacional da categoria.**

DIFÍCIL DESDE O INÍCIO

Segundo Nalva, as negociações com a Petrobrás começaram em setembro, com uma postura inaceitável da empresa, que apresentou uma proposta sem sequer considerar a pauta dos trabalhadores. As primeiras contrapropostas ficaram muito abaixo dos eixos aprovados nas assembleias, levando a uma escalada de tensão que se arrastou por meses.

Mesmo após sucessivas rodadas de negociação e a apresentação detalhada das reivindicações, **a empresa se recusou a avançar.** Diante desse impasse, o Conselho Deliberativo da FUP orientou o indicativo de greve nacional por tempo indeterminado.

GREVE VIROU O JOGO

A partir de 15 de dezembro, a greve nacional tomou corpo em todo o Sistema Petrobrás. Refinarias, plataformas e prédios administrativos aderiram massivamente. **Na Refap, a paralisação iniciou no dia 16 e rapidamente se ampliou.** A vigília nacional em frente ao E-DISEN, exigindo solução para os PEDs da Petros, reforçou ainda mais a pressão.

Somente após a greve ganhar dimensão nacional e visibilidade pública, a Petrobrás voltou à mesa de negociação, no dia 22 de dezembro, apresentando uma contraproposta que finalmente atendia a maior parte das reivindicações da categoria. "Foi a mobilização coletiva que arrancou os avanços", pontuou.

COMPROMISSOS QUANTO AOS PEDs

Um dos pontos centrais da greve foi a **exigência de solução para os PEDs**, que vêm sacrificando aposentados, pensionistas e trabalhadores da ativa. A Petrobrás assinou uma carta-compromisso, assumindo a proposta construída na Comissão Quadripartite e com-

prometendo-se a defendê-la nos órgãos competentes, incluindo o TCU.

A negociação será feita em uma câmara de mediação externa, com expectativa de conclusão em até oito meses. Ao final, cada participante terá acesso integral ao regulamento do novo plano e poderá decidir sobre sua adesão.



AVANÇOS SOCIAIS, DE SAÚDE E DE DIREITOS

O ACT também trouxe melhorias significativas em direitos sociais e condições de trabalho:

- ➔ **Ampliação da licença-paternidade**, inclusive em casos de adoção, parto prematuro e falecimento da mãe;
- ➔ **Avanços na AMS**, com ampliação de coberturas e criação de GT para discutir a sustentabilidade do plano;
- ➔ **Inclusão do Dia da Consciência Negra** (20/11) como feriado de turno;
- ➔ **Regramento das paradas de manutenção**, com redução de jornada e preservação de adicionais;
- ➔ **Compromissos em saúde mental**, riscos psicossociais e adequação à NR-1;
- ➔ **Fortalecimento da atuação das CIPAAs**, com reuniões anuais ampliadas;
- ➔ **Cláusulas de diversidade**, combate à

violência doméstica e assistência em tragédias climáticas.

NADA CAIU DO CÉU

Nalva Faleiro destacou que muitas dessas cláusulas só vieram depois da greve. "Nada foi concessão espontânea da empresa. **Cada linha do ACT carrega o peso da mobilização**, da vigília, das assembleias e da coragem de enfrentar uma negociação dura."

O ACT já está assinado, com cláusulas retroativas à data-base de 1º de setembro e outras válidas a partir de janeiro. "É um acordo que não resolve todos os problemas, mas representa avanços reais, preserva direitos e reafirma uma verdade histórica do movimento sindical petroleiro: **quando a categoria se organiza e luta, a empresa recua**; quando cruza os braços, perde direitos", finalizou.

CONQUISTAS GARANTIDAS NO ACT

O acordo fechado **traz avanços concretos e importantes**, muitos deles conquistados exclusivamente pela greve:

- ➔ **Garantia de não punição aos grevistas;**
- ➔ **Abono de metade dos dias de greve** e desconto da outra metade sem qualquer reflexo em férias ou benefícios;
- ➔ **Extensão integral do ACT às subsidiárias**, encerrando distorções históricas;
- ➔ **Ganho real de 0,5%**, retroativo à data-base;
- ➔ **Reajustes no vale-alimentação**, vale-refeição, vale-ceia e benefícios educacionais;
- ➔ **Implantação do vale-mercado mensal** para todos os trabalhadores;
- ➔ **Antecipação do PRD e da PLR**, já no mês de janeiro.



→ SEGURANÇA

DEMOCRACIA E SOBERANIA NÃO SE NEGOCIAM!

Os petroleiros/as participaram, **dia 8/1, do ato em defesa da democracia, da soberania popular e da autodeterminação dos povos da América Latina**. A mobilização, organizada por centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais, parlamentares e partidos progressistas, marcou os três anos da tentativa de golpe de 8/1/23.

PARA NÃO SER ESQUECIDA - Os manifestantes reafirmaram a necessidade de manter viva a memória dos ataques às instituições democráticas, defender a responsabilização dos envolvidos e rejeitar qualquer proposta de anistia ou flexibilização das penas. Com palavras de ordem como “sem anistia, sem dosimetria”, eles defenderam que a data não pode ser esquecida e precisa ser um marco de resistência e luta em defesa da democracia. Eles também condenaram os ataques à Venezuela.

PETROLEIROS EM DEFESA DA SOBERANIA - Os petroleiros, que têm a defesa da soberania em sua agenda permanente de lutas, somaram-se aos movimentos, denunciando, em especial, que o grande motivador das atitudes predatórias de Trump tem a ver com o petróleo, o que coloca o Brasil também na linha de tiro. A categoria já manifestou sua solidariedade à classe trabalhadora venezuelana e frisou que a intervenção violenta dos EUA não tem nada a ver com a defesa da democracia ou com a luta contra o narcotráfico, mas sim com o domínio imperialista e a apropriação das riquezas naturais da Venezuela. O país detém a maior reserva de petróleo do planeta.

ALERTA QUE NÃO PODE SER IGNORADO - Na primeira edição do Papo Direto Online do ano, dia 9/1, o diretor Dary Beck Filho, que esteve presente no ato com outros companheiros, avaliou a situação e frisou que o “alerta sobre soberania, geopolítica, democracia e o papel dos trabalhadores diante de um cenário internacional e nacional cada vez mais preocupante não pode ser ignorado”.

Segundo ele, desde a Primeira Guerra do Iraque, nos anos 1990, praticamente não existe conflito internacional que não esteja relacionado ao controle do petróleo ou da energia. “A disputa por recursos estratégicos segue sendo o verdadeiro motor das guerras, ainda que, muitas vezes, isso seja escondido atrás de discursos sobre democracia ou direitos humanos”, ponderou.

Nesse contexto, a situação da Venezuela é emblemática. Detentora das maiores reservas de petróleo do mundo, o país sofre há anos com sanções, bloqueios e dificuldades para exportar sua produção. Para Dary, o episódio recente — classificado como criminoso e ilegal — de intervenção direta dos EUA, com o sequestro do presidente de outro país, representa uma ruptura grave com qualquer noção de direito internacional. “Quando a lei deixa de existir, prevalece a ‘lei do mais forte’, e a história já mostrou aonde esse caminho pode levar.”

O diretor foi enfático ao afirmar que o debate não é sobre gostar ou não do governo venezuelano. A questão central é a soberania: “Quando um país se arvora o direito de intervir militarmente em outro para garantir seus interesses energéticos e isso é naturalizado, abre-se um perigoso precedente para que o mesmo tipo de violência seja aplicado em qualquer lugar do mundo”, acrescentou.

Dary também chamou a atenção para a contradição de setores que se dizem “patriotas”, mas comemoram ações estrangeiras que ferem a soberania de outros países e chegam, inclusive, a ameaçar o próprio presidente do Brasil. De fato, segundo ele, analistas de geopolítica ao redor do mundo estão preocupados com a escalada de discursos belicistas, expansionistas e autoritários, que remetem a períodos sombrios da história. Quando se adiciona a existência de armas nucleares a esse ambiente, o risco se torna ainda maior.

ELEMENTO DE ESPERANÇA - Dary também apontou um elemento de esperança no cenário brasileiro. As manifestações realizadas em 8 de janeiro, em todas as capitais, reafirmaram o compromisso popular com a democracia. A decisão do presidente Lula de vetar o projeto de anistia disfarçada aos golpistas é vista como um passo fundamental para impedir a repetição de ciclos históricos em que crimes contra a democracia ficam impunes — e acabam se repetindo”.

→ SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - **Dr. Lúcio Costa** e **Dra. Graciele Santiago Gonçalves** - Deve ser enviado um e-mail para atendimento@costaeadvogados.adv.br

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - **Dr. Abrão Blumberg** e **Caroline Anversa** - Agendamento através do **WhatsApp (51) 992.921.642**.

ASSISTENTE SOCIAL - **Jaqueline da Costa** - Atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 998.943.814**.

→ NOTAS

VETO À REDUÇÃO DE PENAS
O presidente Lula vetou, **dia 8/1, o projeto de lei conhecido como PL da Dosimetria**, que altera o cálculo das penas aplicadas aos condenados por tentativa de golpe de Estado e atos antidemocráticos. A proposta, defendida e **aprovada por setores de direita do Congresso**, poderia reduzir as punições impostas pelo STF, incluindo as do ex-presidente Jair Bolsonaro. O veto ocorre exatamente três anos após os ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023.
Com o veto formalizado, a proposta retorna ao Congresso Nacional, que deverá analisar a decisão presidencial em sessão conjunta de deputados e senadores. O veto pode ser mantido ou derrubado. Para sua rejeição, são necessários ao menos **257 votos na Câmara dos Deputados e 41 votos no Senado**. Caso o veto seja derrubado, o texto é promulgado e passa a valer como lei; se mantido, o projeto é arquivado. O PL também pode ser alvo de judicialização e acabar sendo decidido no STF.

TRABALHADORES DEFENDEM A SOBERANIA

A **CUT**, maior organização sindical da América Latina, também **manifestou publicamente seu repúdio aos graves episódios de agressão externa ocorridos no dia 3/1 contra a República Bolivariana da Venezuela**. “Tais acontecimentos não representam apenas um ataque a uma nação soberana, mas uma afronta direta à estabilidade democrática de toda a nossa região.” Diante da gravidade da situação, a Central reafirmou: sua solidariedade à classe trabalhadora venezuelana; a defesa da autodeterminação dos povos; a defesa da justiça social e da soberania como condição para a existência de direitos trabalhistas; e a defesa dos direitos humanos, com a libertação do presidente venezuelano e de sua esposa. Ao final, o comunicado defende que **democracia, paz e justiça social são valores internacionais e indivisíveis**.